

GÊNERO, SEXUALIDADES E CONCEITOS QUEER EM GEOGRAFIA

Victor Dantas Siqueira Pequeno¹

RESUMO: O presente texto insere-se no debate de gênero e sexualidades na Geografia e é fundamentado teórico-metodologicamente pelas teorias queer. Desta feita, a pergunta que incitou a escrita foi: Quais os conceitos/princípios queer têm sido mobilizados na Geografia? Na tentativa de uma possível resposta, amparo-me na leitura e discussão das teses de doutorado arquivadas no sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no período 2019-2022 nestas quais os/as autores/as referenciam chaves conceituais queer. Me atenho àquelas elaboradas por Judith Butler. Defendo, por fim, a atitude de um saber/fazer geográfico corporificado, politizado e desvirtuoso.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: Geografias Feministas; Teorias Queer; Posicionalidade; Pesquisa Geográfica.

GENDER, SEXUALITIES AND QUEER CONCEPTS IN GEOGRAPHY

ABSTRACT: This text contemplates a debate on gender and sexualities in Geography, and is theoretically and methodologically based on queer theories. That said, the question that prompted the writing was: What queer concepts have been disseminated in Geography? In an attempt to find a possible answer, I base myself on the reading and discussion of doctoral theses archived on the website of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) in the period 2019-2022 in which the authors refer to queer conceptual keys. I stick to those elaborated by Judith Butler. Finally, I defend the attitude of an embodied, politicized and distorted geographical know-how.

KEYWORDS: Feminists Geographies; Queer Theories; Positionalities; Geographic Research.

GÉNERO, SEXUALIDADES Y CONCEPTOS QUEER EN GEOGRAFÍA

RESUMEN: Este artículo contempla el debate sobre género y sexualidades en Geografía, que se fundamenta teórica y metodológicamente en las teorías queer. Dicho eso, la pregunta que motivó el escrito fue: ¿Qué conceptos queer se han difundido en Geografía? En un intento de encontrar una posible respuesta, me baso en la lectura y discusión de

¹ Mestrando em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Correio Eletrônico: victorpequenogeo@gmail.com, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3258-8171>.

tesis doctorales archivadas en el sitio web de la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) en el período 2019-2022 en las que los autores se refieren a claves conceptuales queer. Me quedo con los elaborados por Judith Butler. Finalmente, definiendo la actitud de un saber geográfico encarnado, politizado y desvirtuado.

PALABRAS CLAVE: Geografías Feministas; Teorías Queer; Posicionalidad; Investigación Geográfica.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XX foi marcada por vários movimentos políticos-científicos e um deles ficou conhecido como virada cultural (Lévy, 2015). Em meio a esta, alianças foram formadas entre grupos ativistas, a saber, movimentos feministas e movimentos de gays e lésbicas que reivindicavam políticas públicas e representações em espaços de decisão e ação política. A academia foi um destes espaços.

Pesquisadores/as engajados/as com as vulnerabilidades de tais indivíduos combateram arduamente discursos e estigmas atribuídos aos mesmos(as). As ciências sociais e humanas foram as que mais se preocuparam em compreender e propor alternativas de mudanças para uma conjuntura que na época apresentava-se como uma crise sanitária. Em tais disciplinas, foram fomentados os Estudos Culturais e Decoloniais, os Feminismos Negros e as teorias queer. Sobre estas últimas, o horizonte empírico que foi considerado para o encaminhamento de estudos e/ou pesquisas foi a conjuntura da epidemia da AIDS que fez com que discursos homofóbicos, higienizantes e racistas re-inserirem nos espaços de decisões e incitarem políticas de morte para com as vítimas, em especial, homens gays (Miskolci, 2014; Pelúcio, 2014).

Das bases filosóficas que sustentaram (e sustentam) o edifício epistemológico e político das teorias queer destacam-se as obras de Michel Foucault, Judith Butler, Beatriz Preciado e demais intelectuais. Estes/as

dispuseram à academia teorias, conceitos e/ou noções importantes para a transformação de conhecimentos científicos defasados, sobretudo aqueles sobre sexualidade, identidade de gênero, corpo e saúde reprodutiva. Bem como serviram de fundamento para as agendas dos movimentos sociais e suas pautas como direitos sexuais, políticas de saúde, direito à cidade, entre outros.

As repercussões desses estudos demoraram a ser reconhecidas e queridas pela ciência geográfica, haja vista que naquela mesma conjuntura político-social e sanitária, o olhar do/a geógrafo/a estava direcionado para questões envolvendo disputas geopolíticas, globalização e a renovação dos conceitos de território e lugar. Isso muito se deveu pela volta de Milton Santos ao Brasil depois de seu período de exílio na Europa e a recepção de suas obras na academia brasileira, especificamente na Geografia, esta que sofreu uma renovação epistemológica.

Isso posto, o objetivo para com o manuscrito é apresentar uma discussão sobre a introdução dos pressupostos de Judith Butler (destacada como uma das representantes das teorias queer) nos estudos geográficos sobre gênero e sexualidades. Trata-se de um exercício teórico que se quer exploratório (Gil, 2002) ao mesmo tempo que aprofunda a discussão nas chaves conceituais, quais sejam, performatividade, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória, e mobilização destas em estudos geográficos.

Para tanto, a base para coleta de dados foi o sítio eletrônico da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Argumento, por fim, que a posicionalidade ético-político-científica deve ser considerada quando da decisão de aliar-se com tais pressupostos epistemológicos.

QUEER: DO ESTIGMA AO EMPODERAMENTO POLÍTICO-CIENTÍFICO

Apresentadas como campos radicais, as teorias *queer* reivindicaram uma outra história da sociedade com ênfase nas experiências de gênero e sexualidades

enquanto alicerces da estrutura patriarcal, cristã e homofóbica. Conseqüentemente, no âmbito acadêmico, teóricos/as *queer* reconheceram gênero, sexualidades, corpo, raça e performance, como categorias analíticas partindo do viés que estas são elaboradas discursivamente na cultura de uma sociedade e num tempo específicos.

A teoria *queer* surgiu como argumento político e contestatório ao movimento assimilacionista de gays e lésbicas norte-americano, mas, sobretudo de gays, aos impactos sociais da aids. O que começou como uma discussão interna no movimento, foi sendo sistematizado em linhas argumentativas que geraram um importante cabedal conceitual e teórico que desestabilizou a ideia de estudos de “minorias” e da sexualidade como um aspecto tangencial das dinâmicas sociais (Pelúcio, 2014, p. 27-28).

Dos pressupostos filosóficos que constituíram tal campo destacam-se aqueles vinculados aos feminismos construcionistas e decoloniais (SCOTT, Joan, 1995; HARAWAY, Donna, 1995; CRENSHAW, Kimberlé, 2002; LUGONES, María, 2014, hooks, bell 2020 e outras)² e ao Pós-Estruturalismo (FOUCAULT, Michel, 2008, 2015; BUTLER, Judith 2003, 2006; PRECIADO, Beatriz 2014 e outras). No presente manuscrito me atendo às proposições conceituais de Judith Butler.

Interpretações geográficas sobre “Problemas de Gênero” de Judith Butler

Judith Butler (2003) inicia a referida obra com um apontamento para um deslize cometido pelas feministas que foi a busca quase que obsessiva por um sujeito que deveria representar o feminismo e que deveria ter o respaldo e/ou

² Utilizo o nome e sobrenome das autoras como posicionamento político-científico fundamentado na proposta de uma escrita situada (HARAWAY, Donna 1995) que busca erradicar com o feminicídio epistemológico (SIMON, Carolina 2021), tendo em vista que muitas vezes o sobrenome consiste num dispositivo de marcação de poder associado sobretudo com o patriarcado, e não raro, nossas interpretações diante de uma citação são enviesadas pelo masculino universal (“O homem” “O sujeito” O autor” etc.).

reconhecimento do poder jurídico. Ou seja, uma identidade para a categoria universal “mulher”. Conseqüentemente, a legitimação de certas feminilidades e a exclusão de outras, haja vista que:

[...] O poder jurídico “produz” inevitavelmente o que alega meramente representar; conseqüentemente, a política tem de se preocupar com essa função dual do poder: jurídica e reprodutiva. Com efeito, a lei produz e depois oculta a noção de “sujeito perante a lei”, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subseqüentemente, a própria hegemonia reguladora da lei. Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca emancipação (Butler, 2003, p. 19-20).

Outrossim, a filósofa considerou que a insistência nesse universalismo do sujeito do feminismo incorreria em violências simbólicas, epistemicídio e numa ocidentalização colonizadora para com experiências de mulheres de outras partes do mundo e o apagamento das múltiplas feminilidades exercidas por tais.

[...] A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. Exatamente onde esses vários contextos foram consultados por essas teorias, eles o foram para encontrar “exemplos” ou “ilustrações” de um princípio universal pressuposto desde o ponto de partida. Esta forma de teorização feminista foi criticada por seus esforços de colonizar e se apropriar de culturas não ocidentais, instrumentalizando-as para confirmar noções marcadamente ocidentais de opressão, e também por tender a construir um “Terceiro Mundo” ou mesmo um “Oriente” em que a opressão de gênero é sutilmente explicada como sintomática de um barbarismo intrínseco e não ocidental [...] (Butler, 2003, p. 22).

A autora, portanto, deixa claro para nós leitores/as sua recusa a um tipo de identitarismo que recorre a um modelo uniformizante, excludente e ocidental

colonizador. Ao invés deste, reconhece a pluralidade de cotidianos, culturas que inscrevem modos de relações entre os gêneros, bem como as feminilidades que são gerais ao mesmo tempo que particulares de cada experiência subjetiva e tempo-espacial. Este seria, portanto, o primeiro (e talvez o principal) fundamento de sua obra.

Avanço na discussão e direciono-me para à noção de inteligibilidade considerada pela autora como a coerência esperada entre sexo-gênero-sexualidade. Se assim for, tem-se:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação as normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (Butler, 2003, p. 43-44).

Isso nos ajuda a entender o outro conceito reformulado pela autora que é o da heterossexualidade compulsória, ou em alguns casos, o heterossexismo. O sufixo “ismo” comparece justamente como uma atitude subversiva em descortinar que tal regime sexual é instrumentalizado para elaborar estéticas que conformam os binarismos (mesmo para com sexualidades dissidentes) e políticas de morte para com sujeitas desviantes da norma.

[...] Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação. **O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo**

buscarem incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida - como se isso fosse possível. E se a repetição está fadada a persistir como mecanismo da reprodução cultural das identidades, daí emerge a questão crucial: **que tipo de repetição subversiva poderia questionar a própria prática reguladora da identidade?** (Butler, 2003, p. 67-68 [Grifos meus]).

O primeiro grifo em destaque conduz à discussão do próximo conceito, sendo este, o mais original da autora, qual seja, *performatividade*. Fundamentada nos pressupostos teóricos linguísticos de John L. Austin (1962) e Monique Wittig (1985), na genealogia de Michel Foucault (1988) e no princípio da continuidade de Simone Beauvoir (1970), Judith Butler propôs o conceito de performatividade com foco para os elementos estéticos, simbólicos e discursivos que atuam na elaboração do gênero.

[...] O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero [...] (Butler, 2003, p. 69).

É esclarecido, portanto, que o gênero nunca é. O gênero está sendo. Ademais, não existe nada antes do gênero. O gênero é sempre a posteriori. Os atos e gestos por nós deliberados também não se encerram em si. O fazer-se em gênero depende sempre de um referente material e/ou imaterial, verbal e/ou não verbal.

O segundo grifo destacado, qual seja, a pergunta feita pela autora se existe alguma repetição subversiva o suficiente para superar àquelas que se querem hegemônicas e compulsórias. Creio que a intenção de Judith Butler para com esta

foi a de justamente deixar em aberto as possibilidades teórico-empíricas que devem ser fomentadas por nós. Alguns pesquisadores/as respondem tal questão apostando nas travestilidades e a arte drag como corporeidades subversivas para com a norma, inclusive a própria Judith Butler considerou as Drags Queen e os Kings Cross como experiências performáticas capazes de superar o heterossexismo.

De todo modo, da discussão apresentada, estou convencido de que um estudo geográfico que se pretenda queer deve assumir os seguintes princípios: 1) a recusa ao universalismo identitário; 2) a recusa ao etnocentrismo; 3) a inteligibilidade e reconhecibilidade dos corpos estigmatizados; 4) alternativas de subversão para com o regime binário e heterossexista. Questiono-me, pois: tais conceitos têm sido valorizados entre geógrafos e geógrafas que têm pesquisado gênero e sexualidades?

Queer à brasileira

Da recepção das teorias queer na academia brasileira é sabido que a porta de entrada foram as ciências pedagógicas. A conjuntura pós Ditadura Militar e as ações e/ou projetos de redemocratização do país reposicionaram a Educação como uma área prioritária, haja vista as censuras encaminhadas pelas políticas de “segurança nacional”. Disso resultou a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e a institucionalização dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1997.

Não é mero acaso que, no Brasil, onde historicamente a população tendeu a ser vista como caso de polícia e objeto de punição, com o retorno à democracia a partir de 1985, foram a saúde e a educação os primeiros serviços conquistados pelo povo brasileiro [...]. Talvez isso ajude a compreender porque boa parte dos estudos queer, entre nós brasileiros/as, tenha focado em demandas de

reconhecimento e direitos envolvendo a educação (Miskolci, 2014, p. 21).

Nessa mesma conjuntura, em 1998, foi publicado no Boletim Gaúcho de Geografia o artigo da professora Susana Veleda da Silva que colocou em pauta a existência de uma Geografia feminista no Brasil que começava dá seus primeiros passos.

[...] muitos caminhos de pesquisa se abrem, no meu entender, sob a perspectiva teórica feminista. Cito, por exemplo, algumas abordagens de investigação: organização da vida cotidiana em áreas rurais e urbanas; o mercado de trabalho segundo o gênero e a localização espacial das indústrias e dos serviços (creches, escolas, transportes etc.); a utilização do espaço (público e/ou privado) segundo o gênero; o trabalho doméstico e o número crescente de mulheres que sustentam economicamente a família; a queda da taxa da fecundidade e os direitos reprodutivos (Silva, 1998, p. 109).

Todavia, isso não significa dizer que o gênero não tinha aparecido na Geografia antes disso. É reconhecido o trabalho da professora Rosa Ester Rossini como um dos primeiros a se preocuparem com tal temática, tendo sido articulado com as questões relacionadas a Geografia Agrária (SILVA, Joseli; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio, 2010; SPITALERE, Ana Carolina, 2014).

O breve relato da presença da luta das mulheres na construção da visibilidade feminina evidencia a força da discussão teórica e metodológica já empreendida na história da ciência geográfica. Contudo, esta versão foi imperceptível às(os) geógrafas(os) brasileiras(os), com honrosas exceções. Devemos destacar a trajetória quase solitária desenvolvida pela geógrafa Rosa Ester Rossini que, desde a década de 80, vem enfocando a exploração da força de trabalho feminina (Silva; Nabozny; Ornat, 2010, p. 26).

Nos anos 2000, a Geografia se aproximou ainda mais das epistemologias feministas e das teorias queer devido, principalmente, ao trabalho iniciado pelas geógrafas Joseli Maria Silva vinculada à Universidade Estadual de Ponta Grossa

(UEPG) e a Maria das Graças Silva Nascimento Silva vinculada à Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Tal fato deixa ver que as Geografias feministas e das sexualidades surgem nos interiores do Brasil, ou seja, universidades periféricas em termos de produções e recursos científicos.

Essa interiorização, contudo, não foi um impeditivo para que esses estudos fossem difundidos pelo Brasil. Os esforços individuais e coletivos empreendidos tanto pela professora Joseli quanto pela Maria das Graças, resultaram em conquistas³, estas quais, são as principais intelectuais referenciadas nas Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil. Trabalhos como o de Marcio Ornat (2008), Paula Lindo (2021), Victor Pequeno (2023a; 2023b) e Victor Pequeno e Ana Paula Pereira (2022) se mostram indispensáveis para compreendermos o percurso e/ou evolução teórico-metodológica desses estudos ao longo das duas últimas décadas.

Assim, é reconhecido que as Geografias feministas e queer expandiram e muito a ciência geográfica tanto em termos conceituais e analíticos, quanto temáticos e metodológicos. A projeção destas em vários cotidianos acadêmicos do mundo congrega, pois, um campo de estudo eminentemente original e inovador no que tange o compromisso social e político, propondo até mesmo um novo entendimento de holismo geográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

³ Criação do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Mulher e Relações Sociais de Gênero (GEPGÊNERO) em 2000 vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e sob liderança da Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva; do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) em 2003 vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) sob liderança da Profa. Dra. Joseli Maria Silva; a criação da Revista Latino-americana de Geografia e Gênero em 2009 vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia também da UEPG e sob coordenação da Profa. Joseli Silva; a publicação do livro "Geografias Subversivas" em 2009 organizada pela mesma pesquisadora, dentre outros.

Como dito anteriormente, utilizei o livro “Problemas de Gênero” (BUTLER, Judith, 2003) para embasar os argumentos que se seguem. A minha primeira leitura com a referida obra ocorreu no segundo semestre de 2021. Na ocasião, estava desenvolvendo a escrita do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em que tinha como objetivo identificar e/ou verificar as presenças e ausências de gênero e sexualidades nos currículos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da universidade qual fiz parte, e como as/os estudantes se posicionavam a respeito dessas questões para com a formação profissional.

Contudo, o meu encontro com a obra de Judith Butler se deu de forma indireta, uma vez que foi a partir de pesquisas desenvolvidas por pesquisadores/as brasileiros/as, sobretudo, da área da Educação e Sociologia, com destaque para a Guacira Louro, Richard Miskolci, Larissa Pelúcio entre outras, que me deparei com o universo queer. Em tais estudos os conceitos bluterianos mais referenciados era o de performatividade, heteronormatividade e heterossexualidade compulsória. Fui então buscar a fonte original para construir minhas próprias considerações/opiniões sobre tais conceitos.

Como esperado, tive dificuldade no início em familiarizar-me com o vocabulário empregado no texto bem como as referências, metáforas e/ou analogias frequentemente mobilizadas pela pesquisadora para com a defesa de algum argumento. Eis que aos poucos fui me inteirando e fazendo as articulações necessárias para a minha pesquisa.

Desde a data mencionada tenho feito a releitura de “Problemas de Gênero” quase que mensalmente e sempre descubro algo novo. Alguma palavra despercebida numa leitura anterior, alguma frase não entendida etc.

Proponho aqui uma outra releitura. Desta vez com auxílio de nossos/as pares que se aventuraram nas teorias queer para pesquisar gênero e sexualidades em Geografia. A partir de um levantamento bibliográfico executado

no mês de abril de 2023 no sítio eletrônico da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), identifiquei e selecionei trabalhos arquivados entre 2019-2022 (Dissertações e Teses em Geografia). Do critério adotado para coleta e discussão dos resultados: teses de doutorado e presença das obras de Judith Butler nas referências bibliográficas.

A delimitação para com as teses de doutorado em Geografia leva em consideração os limites formais da produção de um artigo, bem como o tempo de estudo dedicado pelos/as pesquisadores/as para com as leituras e a escrita de suas respectivas teses. Identifiquei um total de sete trabalhos. Ressalto que não se trata de um número exato, uma vez que o arquivamento no site da BDTD demanda alguns trâmites o que pode gerar um atraso no processo de depósito digital.

Com vista na discussão dos conceitos queer mobilizados pelas autoras/es, foi pensado, num primeiro momento, um quadro único com as seguintes informações: título, autoria e instituição, palavras-chave, tipo, ano, e conceito queer utilizado. Contudo, reconsiderarei o mesmo, uma vez que a quantidade de trabalhos poderia dificultar a compreensão do que pretendo argumentar e/ou defender. Neste sentido, decidi organizar os quadros em eixos e/ou enfoques temáticos. Começo por aquele (Quadro 1) que trata do ensino de Geografia e da Educação geográfica.

Quadro 1 - Conceitos *queer* em Ensino e/ou Educação Geográfica.

Tipo/Ano	Título	Autoria/IES⁴	Palavras-chave	Conceitos utilizados
Tese/2020	Geografias queer & Currículo: por	MOREIRA, Carlos André Gayer/Universi	Geografias; Queer; Currículo;	Performativida de

⁴ Instituição de Ensino Superior (IES).

	uma educação geográfica fora do armário!	dade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Educação Geográfica	
Tese/2020	Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial	SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Transmasculinidades; Homem Trans; Ensino Superior; Educação; Espaço	Heterossexualidade compulsória e Performatividade

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

Propor interpretações queer para com as práticas de ensino e aprendizagem e os discursos que legitimam certos conteúdos em detrimento de outros nos currículos escolares, especialmente, os de Geografia, revela-se numa atitude comprometida com a denúncia dos silenciamentos e interdições que as instituições de ensino (escolas e universidades) e a comunidade escolar e universitária (professores/as, diretores/as, coordenadores/as, etc) autorizam que sejam reproduzidas para com certas subjetividades e grupos vulneráveis (leia-se pessoas com deficiência, pessoas LGBTQI+, crianças e jovens racializadas e periféricas, entre outras), sem a devida responsabilização para quem o faz.

E mais, articular as teorias queer com o ensino de Geografia e/ou Educação geográfica coloca em evidência o caráter discursivo e a ideologia dominante que tais ferramentas político-científica dispõem para com a realidade que nos acontece, reflexão esta que já foi apresentada por autores considerados clássicos da Geografia como Elisée Reclus e Yves Lacoste. Este último enfatizou que:

Na verdade, a geografia é um *saber político (polis, a cidade, termo geográfico por excelência!)*, mas não é o geógrafo que exerce o poder. Sua visão do mundo e do país em que vive é, por vezes,

próxima daquela do príncipe, mas ele não é príncipe; na melhor das hipóteses, ele pode ser um dos seus conselheiros. Não é possível compreender para que servem e, sobretudo, para que podem servir os geógrafos, sem colocar os problemas do político (Lacoste, 2009, p. 234-235).

Isso posto, Carlos Moreira (2020) com sua tese “Geografias queer & Currículo: por uma educação geográfica fora do armário!” propôs um estudo sobre as práticas de docentes de Geografia do ensino superior, na tentativa de compreender como aqueles/as percebiam as ausências e presenças das questões de gênero e sexualidades nos currículos dos seus respectivos cursos de graduação.

Em termos metodológicos para com a coleta de dados e a discussão de resultados utilizou-se de entrevistas para com as/os participantes da pesquisa e análise de conteúdo foucaultiana. Quanto às bases epistemológicas construídas pelo pesquisador, observa-se que há um encadeamento entre Geografia Crítica, Geografias Feministas e Teorias *queer*. Com destaque para estas últimas, Carlos Moreira (2020) valeu-se das contribuições de Judith Butler (2003) sobretudo a chave conceitual da **performatividade**. Ao apresentar o conceito para nós leitores/as, o geógrafo fez advertências para interpretações equivocadas sobre os atos performativos que constroem o gênero:

[...] essa performatividade não deve ser confundida com simples performance individual do sujeito, mas deve ser compreendida como uma construção social, culturalmente enraizada, que produz os sujeitos, variando histórica e geograficamente. Friso isto, porque este discurso sobre o Gênero enquanto construção social, apesar de estar se disseminando bastante academicamente, ainda é muito dimensionado em relação à escala individual [...] (Moreira, 2020, p. 56).

O pesquisador não somente foi assertivo com a colocação da chave conceitual para com seus propósitos, ao sublinhar que recusa a perspectiva

reificante em torno da exclusiva “identidade de gênero” (pressuposto discutido por mim anteriormente) como antecipou-se em responder às possíveis críticas que podem ser dirigidas ao seu trabalho (e que também são críticas feitas a própria Judith Butler).

Carlos Moreira (2020) também referenciou em sua pesquisa a obra “Corpos que importam: sobre os limites discursivos do sexo” (Butler, 2019), tendo em vista discursos que produzem políticas de violência e morte para com os corpos e as experiências de vida que não respondem da forma esperada pelo sistema sexo-gênero-sexualidade.

Diferentemente do autor mencionado, Adelaine Santos (2020) propôs uma pesquisa sobre o cotidiano do ensino superior e as práticas educacionais percebidas/experenciadas por estudantes declarados homens transexuais. Estabeleceu alianças epistemológicas com as Geografias feministas e os fundamentos queer das ciências sociais e educação. Um estudo qualitativo que adotou procedimentos metodológicos como aplicação de entrevistas a partir da técnica de bola de neve e análise do conteúdo destas pelos pressupostos de Laurence Bardin.

O horizonte empírico problematizado pela pesquisadora bem como o grupo focal escolhido já sugere a leitura e a mobilização das teorias *queer*. Como esperado, a obra de Judith Butler (2003) foi referenciada, haja vista que a geógrafa emprestou da filósofa a noção da **inteligibilidade do gênero** nos dizer que as experiências trans ocupam o “outro lado”, o da ininteligibilidade.

As identidades de homens trans entendidas nesta tese enquanto identidades de gêneros ininteligíveis (BUTLER, 2013 [1990]), também são (re)elaboradas num processo constante, bem como aquilo que foi (e que está) sendo desenvolvido pela produção científica, nacional e internacional, sobre as transexualidades. Ou seja, muito dos conhecimentos (e “verdades”) produzidos

cientificamente destas identidades estão sendo ressignificados (Santos, 2020, p. 48).

A pesquisadora reconhece, portanto, que existem diferentes formas de se ler (ou não ler) um corpo trans, e que estas leituras se apresentam por meio do discurso político, discurso médico, discurso científico, entre outros. Percebo a sua preocupação em localizar as “verdades” que foram sendo dirigidas a tais corpos e que se fazem presentes como dispositivos reguladores dos espaços acadêmicos, de trabalho, lazer etc. Isso em vista, também contemplou satisfatoriamente a chave conceitual da interseccionalidade (Crenshaw, 2002).

Por fim, Adelaine Santos (2020) constatou a condição paradoxal (inspirada no conceito de espaço paradoxal da geógrafa inglesa Gillian Rose) e a ambivalência entre margem e centro inerente às experiências trans nos espaços acadêmicos apontados na tese.

[...] compreendendo os espaços educacionais de nível superior enquanto espacialidades (cis)heteronormativas, a localização destes homens trans nas relações de poder é a margem. Estes homens trans, ao reconhecer a hegemonia, criam possibilidades de resistência e desconstrução que, ao tensionar as relações de poder com suas vivências acadêmicas, reconfiguram a ordem e a dinâmica espacial na constituição das múltiplas espacialidades que vivenciam. Portanto, com suas vivências acadêmicas, eles podem conturbar as relações espaciais, originando novas configurações e arranjos através das suas múltiplas espacialidades, ao realocar-se simultaneamente nas relações de poder entre centro e margem, numa perspectiva paradoxal (Santos, 2020, p. 258).

A Geografia da Saúde consiste no outro campo de análise geográfica que nos últimos anos têm sido revirado pelas teorias *queer*. Os trabalhos de orientação da professora-pesquisadora Joseli Silva e professor-pesquisador Marcio Ornat no Grupo de Estudos Territoriais (GETE) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), bem como as pesquisas desenvolvidas no Laboratório de Biogeografia e Geografia da Saúde sob

coordenação do professor-pesquisador Raul Borges Guimarães vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-PP) são as provas de que há muito saberes e conhecimentos para serem criados e fomentados e que envolvam Geografia, saúde, gênero e sexualidades. Os dois trabalhos (Quadro 2) que foram identificados na BDTD são frutos de tais conquistas coletivas.

Quadro 2 - Conceitos *queer* em Geografia da Saúde

Tipo/Ano	Título	Autoria/IES	Palavras-chave	Conceitos utilizados
Tese/2020	Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná	BRAGA, Ramon de Oliveira Bieco/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	LGBTTFobia; Transexualidades; Travestilidades; Saúde Trans; Sexualidades	Performatividade e Heterossexualidade compulsória
Tese/2022	Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente	PEDROSO, Mateus Fachin/Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-PP)	Mulheres; Geografia da Saúde; Gênero; Interseccionalidades; HIV/AIDS	Vida precária; Heteronormatividade

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

Com a tese intitulada “Espaço e as práticas do cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná”, Ramon Braga (2020) nos oferece uma pesquisa *queer*-geográfica que teve como projeto responder as seguintes problemáticas:

Como é o processo de autoidentificação das travestis e mulheres transexuais?; Como ocorre o cuidado do corpo das travestis e mulheres transexuais nos espaços formais de saúde?; Como se estruturam as práticas realizadas do cuidado de si na relação saúde/doença? (Braga, 2020, p. 33).

Dos procedimentos metodológicos adotados pelo autor, verifica-se o uso de entrevistas semiestruturadas que foram transcritas e submetidas a análise do discurso de Laurence Bardin. Dos resultados obtidos, o pesquisador organizou espacialidades discursivas (corpo, saúde, casa, cidade, trabalho e outras) para melhor encadeamento e entendimento do fenômeno investigado. A saber, sua base epistemológica foi sustentada nas ideias de Michel Foucault, Judith Butler, Beatriz Preciado e nas Geografias feministas fomentadas no Brasil e no norte global.

Das chaves conceituais utilizadas pelo pesquisador, destacam-se a **performatividade** e a **heterossexualidade compulsória**. A interpretação do autor para com o conceito bluteriano leva em consideração a ambivalência inscrita nos corpos trans e travesti, uma vez que a transição de gênero é desejada por pessoas que não se identificam com a expressão de gênero e/ou o sexo de nascença e a partir deste processo acessam níveis de autorrealização, autoestima e saúde, o mesmo corpo trans e travesti para as interdições que lhe são dirigidas (por instituições, grupos e pessoas transfóbicas) são considerados doentes, e por assim o serem, causam o adoecimento mental e física das subjetividades dissidentes. Logo, a performatividade oscila entre a positividade e a negatividade

corporal. Tal negatividade é possibilitada pela norma compulsória binária e cisgênera, conforme verificado por Ramon Braga (2020):

[...] Butler ([2003] 2016) indica que as mulheres transexuais reproduzem as características cunhadas socialmente do gênero feminino, a saber: a maquiagem, as pulseiras, brincos, colares, vestidos coloridos, sapatos com salto alto, etc. Contudo, a autora observa que elas são dissidentes da heterossexualidade compulsória por seus corpos sexuados não corresponderem ao sexo feminino. O mesmo ocorre com as travestis que também possuem performances de gênero consideradas dissidentes do sexo anatômico e da identidade de gênero masculina (Braga, 2020, p. 58).

Ademais, a mobilização conceitual exposta foi também articulada com uma leitura decolonial que o pesquisador se preocupou em fazer, afinal, como o mesmo enfatizou, há distintos modos de ser travesti e transexual, ou seja, tais experiências estão situadas em tempo e espaço específicos e os discursos que lhes atravessam tomam aqueles como referentes. A meu ver, o autor recusou a universalidade das experiências trans e travestis, semelhante a universalidade da mulher criticada por Judith Butler (2003).

Quem também elaborou uma abordagem *queer* para com a Geografia da Saúde foi Mateus Pedroso (2022) com sua tese "Flores e dores, vozes e vidas: contexto geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente - SP". O objetivo traçado foi o de compreender como as mulheres que vivem com HIV/AIDS inscrevem suas experiências no contexto geográfico que lhes acontece bem como transforma-o a partir de processos de acolhimento e escuta mútua possibilitados pelos atravessamentos interseccionais que as constituem para além do diagnóstico.

O percurso metodológico adotado pelo pesquisador consistiu em: trabalho de campo, observação-participante, diário de campo, coleta de histórias de vida, aplicação de entrevistas semiestruturadas e a transcrição dos relatos acessados.

Isso em vista, é interessante destacar a corporeidade masculina e branca assumida pelo pesquisador e como esta foi tensionada quando da aproximação do mesmo com as participantes de sua pesquisa, mulheres soropositivas.

[...] os primeiros encontros foram construídos sob olhares desconfiados e incertezas, bem como surgiram outros questionamentos que se manifestaram em forma de tensionamentos não ditos, como as condições corpóreas por exemplo, dado o fato que eu sou pesquisador, homem, branco, cisgênero, homossexual e soronegativo, estudando um grupo de mulheres, heterossexuais, vivendo com HIV/AIDS, majoritariamente pardas (Pedroso, 2022, p. 52-53).

Uma das éticas partilhadas nos feminismos refere-se ao conhecimento situado (HARAWAY, Donna, 1995) que elaboramos e as motivações e/ou interesses inscritos em tal. Sendo assim, Mateus Pedroso (2022) preocupa-se com tal ética e expõe para o/a leitor/a as situações que decorreram da tomada de decisão. O engajamento feminista do autor (ao menos epistemologicamente e metodologicamente) é por demais significativo, haja vista que o tema que se propôs estudar, qual seja, a soropositividade, apresenta-se como um dos tabus sociais que até hoje persiste em espaços acadêmicos, escolares, de saúde etc. Ademais, foi na conjuntura da epidemia da AIDS entre as décadas de 1980-1990 que os estudos *queer*, os movimentos de lésbicas, gays e feministas aliaram-se entre si e conseguiram se projetar mundialmente, aliança esta que implicou num redirecionamento político-científico-cultural.

No seu início, a aids estava marcada por um tipo de sexualidade (a homossexual); por um viés de raça/etnia (negritude e latinidade) e por um gênero (o masculino). O Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos tratou de buscar o nexos dessa relação a partir da racialização e da homossexualização do vírus (Pelúcio; Miskolci, 2009, p. 135).

A abordagem *queer* evidenciada na pesquisa de Mateus Pedroso (2022) se deu em razão da noção de **vida precária** proposta por Judith Butler (2006) em diálogo com as ideias de bell hooks e Michel Foucault. A partir das histórias de vida coletadas o geógrafo verificou que os cursos de vida experienciados pelas mulheres soropositivas são fases de precariedade, haja vista as violências e/ou interdições discursivas que são engendradas para com tais corpos e que revelam uma rede de grupos/agentes agressores (Estado, Escola, médicos/as, família, cônjuges, entre outros) que fomentam políticas de morte.

Por falar em morte, outra discussão contemplada pelo autor trata do poder de produzir verdades (Foucault, 2015) do diagnóstico positivo para com HIV/AIDS e como este molda as subjetividades das pessoas que o recebem. Assim, a fronteira entre vida e morte é escrita e re-escrita cotidianamente. E é sobre a vida, não a precária, mais a vida que move (e é movimentada) e inspira as pessoas soropositivas a criarem(se), desejarem(se) e amarem(se), que Mateus Pedroso (2022) decidiu encerrar seu trabalho.

[...] é inegável a significância do diagnóstico do HIV/AIDS e seus consequentes revérberos, dado que esta questão transcendeu a experiência estrita da doença, pois acionou o reordenamento das interseccionalidades vigentes no contexto geográfico, e assim o reconfigurou a partir dos movimentos empenhados. Todo este processo demandou esforços interpretativos sobre ações, tempos e espaços específicos que, para a realidade dessas mulheres, se ajustaram de formas particulares perante suas individualizações. Estas reais questões decorreram da indissociabilidade entre tempo, espaço e a multiplicidade de suas imbricações que, por sua vez, produziram distintos contextos, isso porque houve a valorização do processo histórico pela dimensão da memória, mas também do cotidiano produzido pela incorporação da contingência de transformações que orientaram as práticas dessas mulheres frente à vida (Pedroso, 2022, p. 323).

Muitas são as críticas depreciativas direcionadas às teorias *queer*. Às vezes, são as mesmas críticas que os/as anti-feministas fazem aos feminismos. Na

academia, por mais que alguns/as pesquisadores/as tentem velar seus preconceitos para com tais estudos (inclusive na ciência geográfica em que, por exemplo, a turma da Geografia física não se mistura com a turma da Geografia humana em alguns departamentos e *vice-versa*, e ambas acusam-se de modismos temáticos, partidarismos, etc), os ruídos ainda são percebidos, e após uma escuta atenta o que se constata é o esforço e o comprometimento despendidos por aqueles/as pesquisadores acusados/as da perversão científica, diante do exercício de pesquisar as epistemologias “clássicas”, eurocêntricas, herdadas do binarismo científico razão *versus* emoção, e depois a tarefa de provar como esse modo de saber/fazer ciência incorreu em epistemicídios e binarismos outros como público *versus* privado, físico *versus* humano, e então propor uma renovação nas respectivas bases epistemológicas.

Isso posto, um dos trabalhos a seguir (Quadro 3) apresenta alternativas para com tal problemática também presente na Geografia.

Quadro 3 - Conceitos *queer* em Epistemologia geográfica, Geografia fenomenológica e Geografia e Cinema.

Tipo/Ano	Título	Autoria/IES	Palavras-chave	Conceitos utilizados
Tese/2019	Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro	CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira/Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Gênero; Produção Científica; Epistemologia da Geografia; Ciência	Performatividade
Tese/2021	O corpo e o espaço na cotidianidade da dor: o apelo dos	CARVALHO, Caê Garcia / Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Dor; Corpo; Lugar; Ser-no-Mundo; Desejo; Angústia	Performatividade

	lugares			
Tese/2021	Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris: perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight	SOUZA, Gabriel de Lima/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Geografia e Cinema; Espacialidades; Homossexualidade Masculina	Performatividade e Vida Precária

Fonte: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

Elaboração: Autor (2023).

Gostaria de encerrar (por enquanto) a reflexão proposta com a discussão da tese “Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro” escrita por Tamires Cesar (2020). Este trabalho, talvez faça uma síntese do que os feminismos e as teorias *queer* pretendem com as subversões político-científicas, qual seja: garantir o *status* humano das mulheres e demais grupos vulneráveis. Sobre as primeiras, não é coincidência que as interdições e as avaliações depreciativas sobre os saberes/conhecimentos *queer*-feministas fomentados são feitas por cientistas homens, em sua maioria, homens brancos e heterossexuais.

A ciência moderna por séculos aniquilou as experiências femininas. Não é de todo difícil encontrar ideias/argumentos misóginos nas obras dos “grandes homens da Ciência”. Platão, Immanuel Kant, John Locke, Jean-Jacques Rousseau,

enfim, a lista é significativa. A denúncia contra o epistemicídio (QUIJANO, Aníbal, 2005) e o feminicídio epistemológico (MATOS, Marlise, 2008; SIMON, Carolina, 2021) é um dos motes dos estudos de gênero e das teorias *queer* que não podemos perder de vista.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, as histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (Quijano, 2005, p. 121).

A forma como organizamos nosso pensamento crítico, a nossa escrita, a escolha das nossas referências bibliográficas, não são atitudes exclusivamente voluntárias e/ou automáticas. É um exercício de poder que legitima e reproduz verdades enquanto preconiza outras. Não achas estranho o fato de que todos os autores clássicos que “fundaram” a geografia foram homens brancos e europeus? Não achas estranho que a forma como estudamos a história do pensamento geográfico na Graduação tenha um início (Europa), meio (EUA) e continuidade (América Latina, Ásia, África)? É possível hoje fazer esses questionamentos e apontar as incoerências de nossos/as doutores/as, mestres/as que seguem impondo tais colonialismos, conseqüentemente, atrofiam as habilidades criativas de perguntar, refletir e pensar geograficamente sem seguir uma linha do tempo masculinista e fragmentada?

Felizmente, a Tamires Cesar (2020) teve uma orientação (professora Joseli Silva) que a incentivou e disponibilizou as ferramentas teórico-metodológicas para

realização da tese almejada. Do objetivo traçado: evidenciar o desprestígio para com as mulheres geógrafas na produção e renovação do campo geográfico, em razão da contínua corporativização masculina que segue operando e ditando a ciência geográfica. Para tanto, foi necessário vincular-se epistemologicamente com os feminismos decoloniais, as Geografias feministas e as teorias *queer*. Sobre estas últimas, assim como nos trabalhos anteriores, a obra de Judith Butler foi a mais citada.

Tendo em vista as relações de gênero que são desempenhadas por cientistas, a geógrafa emprestou a **noção performática de gênero** e articulou-a com as práticas materiais e/ou simbólicas que são difundidas pela **linguagem** (enquanto arranjo de solidariedades comunicativas entre sujeitos e/ou grupos, e que em muitos casos se pretendem hegemônicas), identificando, pois, uma posicionalidade discursiva que também é exercida e politizada pela própria pesquisadora.

[...] penso que a linguagem pode ser lida enquanto um dispositivo de poder, a qual direcionará o posicionamento dos sujeitos. Estas reflexões também evidenciam o que questiono nesta tese, a construção do saber científico e a falsa neutralidade discursada. Posiciono-me enquanto uma pesquisadora mulher, feminista que se encontra em constante movimento no espaço acadêmico, o qual entendo e vivencio como um espaço masculinizado e carregado de preconceitos, os quais visivelmente são praticados pelos 'corpos e discursos' hierárquicos (Cesar, 2020, p. 69).

Dos resultados garantidos na pesquisa, destaco a rede semântica (inspirada nos pressupostos de Laurence Bardin) sobre as experiências acadêmicas femininas que mostrou que o cuidado das/os filhas/os disputam o tempo/atenção das mulheres para com as demandas do trabalho universitário o que infere no "baixo rendimento" dessas pesquisadoras para com a elaboração de artigos, projetos, orientações, entre outras. Tais constatações, contudo, não foram

reconhecidas como problemáticas para algumas das mulheres pesquisadoras participantes da pesquisa.

Em sua grande maioria, ou essas mulheres não reconhecem a estrutura, ou quando reconhecem, exemplificam situações com outras mulheres. Há certos momentos em que essa relação de gênero negada ou desconhecida, torna-se contraditória nas falas. Muitas das pesquisadas alegaram não existir relações de gênero em suas vidas, só que em suas falas comentavam o quanto o fato de ser mulher limitou em suas trajetórias acadêmicas em determinado momento, principalmente na maternidade (Cesar, 2020, p. 191).

O machismo engendra práticas simbólicas nem sempre explícitas ou fáceis de serem reconhecidas. Um salário aparentemente "igual" entre professores/as universitárias pode esconder, por exemplo, o esforço diário que uma professora tem que despender para não ser vista enquanto "pesquisadora que não produz", e não raro a quantidade de artigos dessa mesma pesquisadora é o dobro daquele mesmo pesquisador que consegue facilmente recursos e/ou promoções. Obviamente, a quantidade não é o único parâmetro para sustentar tal argumento. As relações políticas, ou melhor, o corporativismo acadêmico diz muito sobre como as decisões são tomadas e os recursos/investimentos são distribuídos. Como diria uma amiga da Pós-Graduação: "Quem vê currículo, não vê corre". Acrescento: "Quem vê currículo, não vê relações políticas".

CONSIDERAÇÕES

Diante de tudo que foi discutido nestas páginas, fica claro que o incômodo que as chaves conceituais *queer* aliadas com as Geografias feministas causam na ciência geográfica se dá em razão do pânico, ou como diria Yves Lacoste (2009), do mal-estar que alguns geógrafos/as ressentem em terem suas verdades epistêmicas desvendadas, e conseqüentemente, a queda da máscara do/a

pesquisador/a apolítico intelectualmente e por demais político e corporativista nas relações para com seus pares. Imagine, por exemplo, o quanto deve parecer prepotente da minha parte, um licenciado em Geografia, questionar a mesma a partir de conhecimentos/saberes “não geográficos o suficiente” e elaborados em sua maior parte por mulheres e homens gays? Esta, contudo, não é uma máscara que visto. É a minha situacionalidade (HARAWAY, Donna, 1995). De onde venho, onde me formei, onde atualmente estou me especializando, quem eu leio, quem eu referencio, como e para quem eu escrevo.

Finalmente, corro o risco de parecer piegas e/ou pedante nas minhas últimas palavras (por enquanto). Se assim o for, sugiro outro argumento. Às vezes aliar-se com movimentos feministas e assumir uma corporeidade *queer* pode ser entendida como estrelismo, vitimismo, por aqueles/as que está “do lado de lá” (entenda este *lá* como bem quiser), bem como para aqueles/as que como nós vivenciam experiências semelhantes sejam elas de gênero, sexualidade, raça, classe, mas que alguma destas marcas será o nosso calcanhar de Aquiles. No meu caso, por exemplo, é a minha raça e classe que me colocam em desvantagem (eu, um homem cisgênero, negro, homossexual e classe média) em muitas situações diante de aliados/as do movimento intelectual aqui discutido, e que são brancos(as) e gozam de um estrato social superior ao meu.

É por isso que cada vez mais insisto no letramento antissexista, antihomofóbico e antirracista como a principal atitude transformativa das casas científicas que habitamos. *Queer*, nesses termos, seria um ideal, um modo de pensar e criar, de viver e conviver. Novamente reitero que os conhecimentos que elaboramos são sempre situados/parciais e quando lidos, são valorizados, debatidos e questionados por quem nos lê. Por quem confia e/ou desconfia de nossas “verdades”. Por pessoas. Pessoas corporificadas. Pessoas generificadas.

Pessoas sexualizadas. Pessoas racializadas. Pessoas que dispõem de interesses individuais e coletivos. Pessoas e corpos políticos.

Pensando bem, o que foi discutido aqui não foi meramente a utilização de chaves conceituais *queer*, mas a necessidade de nos encorajarmos e assumirmos que: **como** pesquisamos e **para quem** fazemos nossas pesquisas importa. Não somente, **como** pesquisamos e **para quem** pesquisamos implica/influencia a nossa existência mundana, e esta coloca abaixo a falácia da transcendência do ser que tudo sabe e conhece e que não é sabido e conhecido (leia-se afetado) por ninguém.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, John Langshaw. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BEAUVOIR, Simone De. **O Segundo Sexo: Fatos e mitos**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BRAGA, Ramon Oliveira Bioco. **Espaço e práticas de cuidado de si, na relação saúde/doença do corpo das travestis e mulheres transexuais em Curitiba e Ponta Grossa, Paraná**. 436f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Vida precaria: el poder del duelo y la violencia**. Traducción: Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. Tradução: Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. Pós-modernidade e agenciamentos trajetivos: passagens insituáveis para uma educação estético-ético-política. **Revista Dialectus**, n. 22, p. 42-63, 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71232>. Acesso em: 8 abr. 2023.

CARVALHO, Caê Garcia. **O corpo e o espaço na cotidianidade da dor: o apelo dos lugares**. 334f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2021.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. **Gênero, trajetórias acadêmicas e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro**. 290f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 26 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7–41, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 27 mar. 2023.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvi Libanio. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LACOSTE, Yves. **A Geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. 15 ed. Campinas: Papirus, 2009.

LÉVY, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 61, p. 19-38, ago. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/100758>. Acesso em: 17 jul. 2023.

LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na Geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 32, p. 259–281, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12488>. Acesso em: 3 abr. 2023.

- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014. Disponível em: . Acesso em: 27 mar. 2023.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: notas introdutórias sobre a Teoria Queer. **Revista Florestan**, São Carlos, v. 1, n.1, p. 8-25, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/67637>. Acesso em: 5 abr. 2022.
- MOREIRA, Carlos André Gayer. **Geografias queer & Currículo: por uma educação geográfica fora do armário!** 209f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, 2020.
- ORNAT, Marcio Jose. Sobre Espaço e Gênero, Sexualidade e Geografia Feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1182>. Acesso em: 3 abr. 2023.
- PEDROSO, Mateus Fachin. **Flores e dores, vozes e vidas: contextos geográfico de mulheres e suas experiências interseccionais em Presidente Prudente, SP.** 360f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2022.
- PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. **Revista Florestan**, n. 2, p. 26-45, 2014. Disponível em: <https://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63>. Acesso em: 5 abr. 2023.
- PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização da sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/132>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- PEQUENO, Victor Dantas Siqueira; PEREIRA, Ana Paula Camilo. Insurreição queer-feminista no ensino de Geografia e na Geografia escolar: um aporte bibliográfico. **Estudos Geográficos**, v. 20, n. 3, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/16961>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Corpo: uma categoria útil para a Geografia? **Boletim Alfenense de Geografia**, v. 3, n. 5, 2023a. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/article/view/2003>. Acesso em: 4 abr. 2023.

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira. Quem são as mulheres nas pesquisas geográficas? Feminizando a Geografia. **GEOGRAFIA**, v. 48, n. 1, p. 1-25, 2023b. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/17189>. Acesso em: 24 abr. 2023.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005, p. 107-130.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do sul do Brasil e a multiplicidade espacial**. 283f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 5 abr. 2023.

SILVA, Joseli Maria; NABOZNY, Almir; ORNAT, Marcio Jose. A visibilidade e a invisibilidade feminina na pesquisa geográfica: uma questão de escolhas metodológicas. **Abordagens Geográficas**, v. 1, n. 1, p. 23-41, 2010. Disponível em: <http://abordagensgeograficas.geo.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=17&sid=10>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SILVA, Susana Maria Veleza. Geografia e gênero/Geografia feminista - O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 23, n. 1, p. 104-110, 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38385>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SIMON, Carolina Russo. Femicídio Epistemológico: práticas misóginas na Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 57, p. 166-189. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/2289>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SOUZA, Gabriel Lima. **Na praia, na montanha, sob a luz do luar ou em algum lugar além do arco-íris:** perspectivas geográficas acerca das espacialidades homossexuais masculinas representadas nos filmes Praia do Futuro, Brokeback Mountain e Moonlight. 224f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, 2021.

SPITALERE, Ana Carolina Rocha. **Geografia e Gênero:** considerações sobre a produção acadêmica. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus Rio Claro, 2014.

WITTIG, Monique. The Mark of Gender. **Feminist Issues**, v. 5, n. 2, 1985.

Submetido em: 28 de abril de 2023.

Aprovado em: 27 de janeiro de 2024.

Publicado em: 04 de julho de 2024.